

A POLISSEMIA DO LOGOS E A ARGUMENTAÇÃO CONTRIBUIÇÕES SOFÍSTICAS PARA A ANÁLISE DO DISCURSO

Melliandro Mendes Galinariⁱ

Resumo: Este artigo busca, apoiado na tradição sofística, resgatar a polissemia do *logos*. A partir daí, constrói-se uma compreensão teórica ampla do que se convencionou chamar de “*relação argumentativa*”, enfatizando a complexidade das adesões possíveis. Elaborar-se, igualmente, um olhar teórico sobre a própria argumentação, que é concebida, sobretudo, como uma *propriedade* da linguagem em ação e, jamais, como um “modo de organização do discurso”, como pensam alguns teóricos da Análise do Discurso e da Linguística Textual.

Palavras-chave: *Logos*. Sofística. Argumentação. Análise do Discurso.

Abstract: Based on the sophistic tradition, this article aims at rescuing the polysemy of the *logos*. From that aiming, a wide theoretical understanding is built about what is called the “*argumentation scheme*”, emphasizing the complexity of the possible adhesions. A theoretical view about the argument itself is equally elaborated. The argument is conceived as a *property* of the language in use and never as “a way of discourse organization”, as it is assumed by some Discourse of Analysis and Textual Linguistics researchers.

Keywords: *Logos*. Sophistic. Argumentation. Discourse Analysis.

ⁱ Docente da Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil. E-mail: melliandro@yahoo.it.

Introdução

Em Análise do Discurso (AD), o *ethos* e o *pathos* ocupam atualmente um lugar privilegiado nas abordagens argumentativas, vivenciando o que podemos chamar de um grande “sucesso acadêmico” nas pesquisas da área e em suas práticas de análise. Contudo, malgrado a valiosa importância dessas tendências e contribuições, é justo evidenciar, aqui, algo que foi esquecido pela AD: a importância do *logos*, a sua polissemia e a sua utilidade para uma análise argumentativa capaz de dar conta dos meandros do discurso e da sua ampla capacidade de produzir adesão. Se *logos* é discurso e tudo aquilo que integra a sua estrutura, tal conceito revela-se uma peça chave para os postulados da AD e uma importante via de diálogo com a tradição retórica.

Acredito que o esquecimento dessa “prova retórica” – do *logos* –, ou o negligenciamento de sua rede polissêmica, relaciona-se a um outro esquecimento, também creditado na conta dos analistas atuais do discurso: o da Sofística e de seu legado teórico-filosófico, incluindo nesse complexo os estudos modernos que se ocupam do tema. Procuro mostrar, então, a partir dessas hipóteses, a amplitude do conceito de *logos* e a sua utilidade para a análise argumentativa, com o auxílio dos escritos sofisticos e de alguns estudos modernos acerca da Sofística. Minha intenção, com isso, é mostrar como a questão ultrapassa uma visão (pós-) aristotélica, da qual somos reféns.

Construindo o problema

Inicialmente, gostaria de salientar uma tópica recorrente: parece-me que, nas poucas vezes em que vem à baila nos estudos discursivos, o *logos* é definido/resgatado comodamente no rastro hegemônico de uma perspectiva aristotélica (ou, mais provavelmente, através de uma leitura

superficial de Aristóteles), sendo classificado pela AD como palavra/discurso e, predominantemente, como *raciocínio*. Note-se a primazia dada às *deduções* (presentes nos entimemas) e às *induições* (presentes nos exemplos) nos processos correntes de definição do *logos*, estas que são apresentadas como as duas clássicas estruturas demonstrativas destinadas a produzir, como resultado retórico, *conclusões* ou *teses* verossímeis. Amossy (2006, p. 9-10; 127 e seguintes), alertando para os perigos de se restringir a análise discursiva ao *logos* (diga-se de passagem, um *logos-raciocínio*), acaba definindo-o também em termos demonstrativos e aristotélicos. Plantin (2005, p. 92) afirma ser o *logos* uma “prova proposicional” em oposição ao *ethos* e ao *pathos* (“não-proposicionais”), consagrando um capítulo inteiro a estes últimos meios de persuasão. Ao *logos* coube pouco (ou menor) espaço, restando-nos associá-lo, como de costume, à demonstração e aos demais aspectos lógicos inventariados pela literatura.

Uma das questões centrais deste trabalho é saber se esse resgate recorrente e demonstrativo do *logos*, fundamentado numa (re) leitura estritamente aristotélica, não acabaria nos conduzindo, “por osmose”, a uma visão também restrita da própria argumentação, pelo menos no que se refere a uma certa sistematização teórica vigente (que chamarei aqui de “formular”), uma vez que a argumentação acaba sendo concebida, do ponto de vista da adesão, como um processo gerador de efeitos “meramente intelectuais”¹. Essa linha de raciocínio pode dar a entender, de certa forma, que os discursos existentes em

¹ Aqui faço menção às reflexões de Perelman & Tyteca (2002, p. 54), que afirmam ser “uma concepção errônea dos efeitos da argumentação” compreendê-los como mecanismos de instituição de “teses sobre o mundo” tão somente, ou seja, como efeitos “meramente intelectuais”, uma vez que a argumentação se estende às *ações* e, podemos acrescentar, às *emoções* como objetivos principais.

nossa vida diária estariam buscando, sobretudo, demonstrar/explicar que uma “tese sobre o mundo” (ou uma opinião/conclusão/proposição) é mais provável do que outra, como se as interações retóricas se limitassem a situações de “discussão civilizada/regrada”, à moda dialético-teórica de Platão. Prova desse entendimento, já apontado por Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) como uma “concepção errônea”, seriam as “fórmulas” usuais que encontramos, aqui e ali, buscando sistematizar a “relação argumentativa”. *Grosso modo*, são esquemas muito parecidos, que, apesar de pertencerem a linhas teóricas diferentes, são descritos mais ou menos da seguinte forma: (i) $A \Rightarrow C$, estrutura que esquematiza a passagem de um argumento a uma conclusão ou tese, e (ii) $E1 \Rightarrow E2$, estrutura que esquematiza a passagem de um enunciado 1, com valor de argumento, a um enunciado 2, com valor conclusivo². Podemos notar esquemas formulares como esses, guardadas as devidas diferenças teóricas entre um ou outro autor, em Toulmin (1958), Anscombe & Ducrot (1983), Charaudeau (2009), Plantin (1996) etc. Mas o que teria a ver tudo isso com o assunto proposto neste artigo?

Essa redução teórica da adesão a resultados meramente intelectuais ou “propositivos” (conclusões, teses, opiniões) parece ter origem naquela concepção estritamente racional do *logos*, que advém, pode-se cogitar, de um desprezo da tradição sofística (que apresenta outras concepções) e de uma releitura provavelmente equivocada do próprio Aristóteles, pela qual o *logos* tendeu a se estereotipar como um sinônimo de demonstração (verdadeira ou aparente). Tais demonstrações, como se viu, são capazes de nos conduzir racionalmente a conclusões ou teses, tanto pelo método da *dedução*

² Esses esquemas são associados também, como se sabe, aos *topoi*, que funcionam como valores ou “asserções de passagem” que viabilizam o nexos causal entre A e C, ou entre E1 e E2.

entimemática (que encontra a sua forma plena no silogismo dialético), quanto pelo artifício do *exemplo* (que se constrói com a técnica da *indução*). Sabemos, contudo – é um questionamento possível –, que Aristóteles também leva em consideração o *pathos* e as *paixões* dirigidas ao auditório como um elemento central da adesão (um *fazer-sentir*). Além disso, ao teorizar sobre a oratória judicial e deliberativa, deixa a entender que o discurso retórico se dirige a *ações*: ao fazer-deliberar, ao fazer-julgar (um *fazer-fazer*), e assim por diante. Ou seja, para o próprio Aristóteles, a argumentação não se destinaria somente à instituição intelectual de “teses sobre o mundo” (um *fazer-criar*). As palavras de Górgias, um dos grandes sofistas que precederam o citado filósofo, davam-nos também uma “pista” sobre a complexidade das adesões possíveis e do papel fundamental do *logos* nesse processo. Vejamos um trecho de seu lendário *Elogio de Helena*:

[...] o discurso [ou *logos*] é um tirano poderoso que, com um corpo microscópico e invisível, **executa ações** divinas. Consegue **suprimir o medo** e **pôr termo à dor** e **despertar a alegria** e **intensificar a paixão**. (...) Os encantamentos inspirados pelas palavras levam ao prazer e libertam da dor. Na verdade, a força do encantamento, misturando-se com a opinião da alma, sedu-la, persuade-a e transforma-a por feitiçaria. (...) A força do discurso em relação à disposição da alma é comparável às prescrições dos medicamentos em relação à natureza dos corpos. Assim como os diferentes medicamentos expulsam do corpo os diferentes humores e uns põem termo à doença e outros à vida, assim também de entre os discursos uns **entristecem** e outros **alegram**, uns **amedrontam** e outros **incutem coragem** nos ouvintes, outros há que envenenam e enfeitiçam a alma com uma persuasão perniciosas. (GÓRGIAS *apud* PINTO e SOUZA, 2005, p. 127-133) (Grifo meu)

O *logos* gorgiano, então, para (re)agir, depende do interlocutor, mistura-se com as

suas opiniões atingindo a sua subjetividade, seus valores e imaginários; além de tudo, é comparável à magia, à feitiçaria e ao poder dos fármacos, tendo consequências múltiplas no plano da adesão. Parece-me, enfim, que temos aqui uma visão ampla do *logos* grego, ou pelo menos uma visão a mais, que não se reduz a uma perspectiva estritamente racional e de instituição intelectual de “teses sobre o mundo”. Com tais informações, poderíamos problematizar as “fórmulas” usuais (acima) da relação argumentativa ($A \Rightarrow C$ ou $E1 \Rightarrow E2$): tais esquemas, muito demonstrativos, encontrar-se-iam incompletos, por considerarem como efeito da argumentação somente uma adesão em termos de *teses* sobre o mundo, dando atenção menor (ou nula) às *ações* e *emoções*³.

Em função disso, antes de passar mais detalhadamente à polissemia do *logos*, é conveniente reportar aqui uma primeira contribuição que essas reflexões trariam para uma compreensão teórica mais profunda da relação argumentativa e, portanto, para a Análise do Discurso como um todo. Seguindo essa “pista” dada por Górgias, e, por que não, por uma leitura menos estrita do próprio Aristóteles, procurei em Galinari (2009) reconstruir os esquemas formulares acima da seguinte maneira:

ARG (*logos, ethos, pathos*) → **TAE**

À direita da seta, teríamos as variáveis da intensidade de adesão (*teses, ações* e *emoções*) visadas por um discurso persuasivo e, à esquerda, os seus elementos deflagradores (os *argumentos* ou *provas retóricas*). Note-se que, por um lado, temos a dimensão ou intenção

retórica dos discursos sociais, isto é, um certo *grau de argumentatividade* (retomando uma expressão de Amossy [2006]), que vai se configurar em função de um contexto situacional e de um enquadramento genérico do discurso. Por outro lado, coerentemente, temos *graus (possíveis) de adesão*, que se configuram pluralmente em termos de *teses, ações* e *emoções*, ou, mesmo, de uma mescla dos três elementos. Essa seria, teoricamente, a relação argumentativa básica que apreenderíamos, enquanto analistas do discurso, a partir de qualquer texto que julgamos capaz de influenciar. Pode-se sustentar, com isso, que um entendimento conceitual mais amplo da relação argumentativa, capaz de admitir, do ponto de vista teórico, a complexidade das adesões possíveis, nos levaria a ter uma produtiva “malícia teórica” (prévia) diante dos nossos *corpora*, interrogando-os da seguinte forma⁴: o que queres (ou podes) tu ocasionar em função de teu contexto de circulação, das características psicológicas e sociais dos sujeitos que colocas em interação? Queres tu apenas *fazer-criar* em algo? Levar alguém a *agir* ou a *se comportar* de tal modo? A *sentir* algo? Um pouco de tudo isso? Posta, enfim, a complexidade teórica da adesão e a sua utilidade, passo a refletir um pouco mais sobre as nuances conceituais do *logos*, no intuito de extrair mais algumas contribuições sofisticadas para a AD e para o próprio conceito de argumentação.

A polissemia do *Logos*

Primeiramente, torna-se interessante elencar algumas definições do *logos* de acordo com o uso corrente desse vocábulo no século V a.C. e anteriores. Para tanto, utilizo a obra de Guthrie

³ Obviamente, não quero dizer com isso que os autores atuais, que reproduzem as fórmulas usuais, negligenciam sempre as ações, os comportamentos ou os afetos como objetivos da argumentação: muitas vezes, nas práticas de análise, esses elementos são considerados como efeitos possíveis. O que falta mesmo é uma *compreensão teórica ampla* da “relação argumentativa”, no nível da sistematização formular.

⁴ Digo isso porque temos tendência a construir as nossas análises por intermédio de certos “óculos teóricos”, e se esses óculos são limitados, corre-se o início da análise também sê-lo, negligenciando aspectos fundamentais das possíveis adesões.

(1967), intitulada *A History of Greek Philosophy*. O autor, em uma das suas notas ao pensamento de Heráclito, enumera cerca de 11 campos de significação para o termo, com exemplos de enunciados concretos em grego, extraídos de fontes originais da época (literatura e manuscritos diversos). A título de ilustração, cito resumidamente alguns trechos (tradução/adaptação minha), nos quais o *logos* pode significar (GUTHRIE, 1967, p. 419-425):

- I. Tudo o que se diz (oralmente ou escrito). Uma história, fábula ou narração, seja fictícia ou verdadeira. Uma exposição de algo, explicação de uma situação ou circunstâncias. Notícias, novidades. Diálogo ou conversa em geral. Rumor, informação.
- II. Meras palavras, enquanto opostas à ação; palavras sutis e enganadoras.
- III. Estima, no sentido de reputação, fama, valorização. Nesse sentido, uma pessoa poderia ser de muito ou pouco *logos*, ou seja, de muita ou pouca honra ou estima.
- IV. Pensamento que leva em consideração os prós e os contras, como se alguém mantivesse um diálogo consigo mesmo.
- V. Opinião.
- VI. A causa ou explicação de algo ou acontecimento.
- VII. Medida, misura.
- VIII. Correspondência, relação, proporção.
- IX. Princípio geral ou norma.
- X. A faculdade da razão.
- XI. Essência natural das coisas.
[os dois últimos significados são mais ligados a escritores do século IV a.C.].

Acredito que essa riqueza semântica ou, mesmo, cada um dos pontos acima em particular, nos levaria a escrever páginas e páginas acerca das particularidades persuasivas do *logos* e das suas possíveis configurações discursivas, o que reservo a um trabalho futuro, de fôlego maior. Convém aqui ressaltar apenas mais uma visão: a de Kerferd

(1981, p. 83). Este autor apresenta uma alternativa teórica mais sintética para se definir o vocábulo em questão. Para ele, existem três áreas relacionadas ao *logos*:

- I. A área da linguagem e da formulação linguística, ou seja, fala, discurso, descrição, enunciado, argumentos (enquanto expressos em palavras), etc.
- II. A área do pensamento e dos processos mentais, ou seja, pensar, raciocinar, dar conta de, explicar, (...) etc.
- III. A área do mundo, aquilo sobre o que somos capazes de falar e de pensar, ou seja, os princípios estruturais, as fórmulas, as leis naturais, etc. (...) considerados como atualmente presentes na realidade e manifestados no devir das coisas.

Essa polissemia do *logos*, atestada pelos autores Guthrie e Kerferd, e reconhecida também por Pinto (2000)⁵, tem me levado a constatar que a AD tirou pouco proveito da tradição antiga em sua abordagem argumentativa do termo, restringindo-se ao aspecto estritamente demonstrativo dessa prova retórica. Além disso, um recorrente “*aristotelicocentrismo reducionista*” (ligado ao *logos-raciocínio*), se me permitem um neologismo, teria influenciado várias definições sobre a argumentação, implicando igualmente em visões restritas da mesma. Tais visões se caracterizariam por um rompimento, consciente ou não, com a tradição retórica/sofística e com a atestada polissemia do *logos* enquanto meio de persuasão. Lembremos três conhecidas abordagens e concepções atuais da argumentação que desconsideram e/ou anulam, pode-se cogitar, a polissemia do *logos*:

⁵ A propósito, essa autora portuguesa desenvolve a questão numa interessante parte intitulada “o *logos* sofisticado como alternativa ao *logos* platônico-aristotélico” (PINTO, 2000).

- A *Teoria da Argumentação na Língua*, de Anscombe & Ducrot (1983), onde a argumentação é vista como a passagem de um enunciado **E1**, com valor de argumento, a um enunciado **E2**, com valor conclusivo. Aqui, a argumentação é vista como uma “semântica ideal da frase” e como uma possibilidade de se encadear outros enunciados na sequência do discurso, o que a define – a argumentação – como uma capacidade da língua de gerar, por sua *lógica* interna, certas *conclusões* na superfície textual.
- A *Linguística Textual*, tal e qual postulada por Jean Paul Bronckart, Jean Michel Adam e outros, que consideram a *argumentação* como um “tipo” ou “sequência” textual dentre outras (como as sequências *narrativa, descritiva, dialogal, injuntiva, explicativa* etc.). A sequência argumentativa se caracterizaria, assim, pela atuação de conectores textuais capazes de estabelecer relações *lógicas* entre os enunciados (*mas, portanto* etc.), o que não se afasta, de certa forma, dos estudos de Anscombe & Ducrot. Muitos desses autores, conseqüentemente, reproduzem uma concepção da argumentação já criticada há pouco, que desconsidera a complexidade das adesões possíveis e ignora as próprias reflexões de Perelman & Olbrechts-Tyteca (2002) sobre o assunto. Argumentar, para Adam & Bonhomme (1997, p. 109), por exemplo, é “[...] fazer com que um interlocutor partilhe opiniões e representações relativas a um tema dado, é desejar provocar ou aumentar a adesão de um interlocutor ou de um auditório mais vasto às teses apresentadas a seu assentimento”. (tradução minha)
- A *Teoria Semiolinguística*, de Patrick Charaudeau (2009), que, mesmo situando-se no campo da AD, não deixa de associar a argumentação a um tipo específico da organização discursiva/textual, não

dependendo necessariamente da presença de conectores (que podem estar implícitos, conforme o gênero), mas tornando-se visível principalmente através dos mesmos. A argumentação é vista, aqui, como um *modo de organização do discurso*, em contraste com os modos narrativo, descritivo e enunciativo. Além disso, é encarada como um mecanismo de instituição de uma “proposta (ou tese) sobre o mundo”, a partir de um “questionamento” inicial. Em suma, e mais uma vez, a relação argumentativa é representada por uma sistematização teórica limitada, do tipo **A ⇒ C** ou **E1 ⇒ E2**, que o autor denomina, a seu modo, de uma “asserção de partida (**A1**)” e de uma “asserção de chegada (**A2**)”, que são mediadas por uma “asserção de passagem”.

Um diálogo radical e profundo com as produções antigas a respeito da argumentação e, também, com as reflexões sofisticadas acerca do *logos*, nos levaria a questionar (ou ampliar) as definições da argumentação colocadas acima pelas três perspectivas teóricas. A teoria de Anscombe & Ducrot, acredito eu, já foi bastante contestada por romper declaradamente com a tradição retórica, considerando a argumentação como uma possibilidade semântica de encadeamentos entre os enunciados, o que desconsidera fatores essenciais como o “auditório”, o “contexto situacional” etc. O que mais espanta são teorias mais próximas à AD, como a Linguística Textual e a Teoria Semiolinguística, que insistem em propagar um conceito de argumentação estreito, advindo de uma visão limitada do *logos* platônico-aristotélico, alçado rigidamente à categoria do raciocínio ou da demonstração. Essa visão lógica, obviamente, faz parte do semantismo da palavra (*logos*) e não podemos descartá-la, conforme atestam os pontos VI, VII, VIII e X (de Guthrie) e o ponto II (de Kerferd), vistos acima.

Vendo as coisas (apenas) dessa forma, pode-se dizer que essa “área do pensamento e dos processos mentais” (Kerferd), que é ligada aos raciocínios construídos na/pela linguagem, leva-nos com certeza a pensar a argumentação como um “modo de organização do discurso” ou como um “tipo/sequência textual” caracterizado principalmente por conectores lógicos, incluindo as “formas esquemáticas” de raciocínios aí presentes, que nos conduzem a conclusões proposicionais (silogismos, induções, analogias, antíteses, relações de contiguidade etc.). Mas, se observamos os outros campos semânticos do *logos*, presentes nas acepções acima, e considerando-o como uma “prova retórica” capaz de causar algum tipo de adesão, os problemas das definições correntes em AD começam a aparecer. Nos pontos I, tanto de Guthrie, quanto de Kerferd, destacam-se como possibilidades semânticas do *logos*, para a nossa surpresa, a própria *narração* e, como se não bastasse, também a *descrição*, que costumam ser separadas conceitualmente da *argumentação*.

Em vista dessa rede polissêmica de sentidos, não seria plausível, se *logos* é uma prova retórica (*argumentativa*, que não exclui procedimentos como “narrar”, “descrever”), considerar a argumentação como um modo de organização do discurso distinto destas duas últimas operações discursivas: a *narração* e a *descrição*. Provavelmente porque a argumentação – e aqui me aproximo de Amossy (2006) – seria, na verdade, uma *dimensão* possível dos enunciados sociais, a ser elucidada pelo analista, e jamais, repiso e repiso, um modo específico de organização do discurso. A partir daí, pode-se dizer que tanto a *narração* quanto a *descrição* são (formas de) argumentos, ou melhor, são procedimentos possíveis e diversificados do *logos*, se conferimos ao vocábulo “argumentação” um sentido amplo e coerente com o que acontece na vida prática, num diálogo intenso com a tradição retórica/sofística. Seria inútil e prolixo listar aqui a amplitude retórica que tais

processos discursivos (a *narração*, a *descrição*, a *injunção*, a *explicação* etc.) possuem nos enunciados políticos, publicitários, religiosos, cotidianos etc., ou seja, não é necessária nenhuma “firula” teórico-argumentativa para fazer-ver a capacidade e destinação à influência neles depositada. Com a simples observação do que acontece pragmaticamente ao nosso redor e, ainda, sem apelar para a polissemia do *logos* como fiz acima, torna-se impossível – e mesmo inadmissível – separar conceitualmente a argumentação da *narração* ou da *descrição*, ou seja, considerá-la como um modo de organização diferenciado do discurso.

Os questionamentos aqui colocados, porém, poderiam ser contra-argumentados fazendo-se apelo, por exemplo, aos dizeres de Adam & Bonhomme (1997, p. 109 e seguintes). Os autores distinguem, e isso também é recorrente, o que chamam de a “*argumentação em geral*” de uma “*sequência argumentativa*”, duas dimensões diferentes que não devem, segundo eles, ser confundidas. A primeira liga-se ao nível do discurso e das interações sociais, englobando a segunda. A *sequência argumentativa*, por sua vez, liga-se ao nível da organização pragmática e sequencial da textualidade, caracterizando-se pela relação *Argumento(s) ⇒ Conclusão*, ou *Dado ⇒ Conclusão*, fórmulas argumentativas já criticadas acima. Outro contra-argumento aos questionamentos aqui colocados seria o fato de os autores acima considerarem e mostrarem, no nível da *argumentação em geral*, a possibilidade de se “argumentar descrevendo” e/ou de se “argumentar narrando”. Mas, não obstante essas informações, continuo pensando que ainda persiste, mesmo que seja no nível da textualidade, uma separação estranha à Retórica antiga (e à Sofística) entre a “argumentação” (considerada como uma sequência à parte) e os demais procedimentos, como “narrar” ou “descrever”. Acredito, ainda, que essa separação não se revela útil, realista ou operativa para a Análise do Discurso.

O deslize da Linguística Textual, de Jean Michel Adam e outros, e da Teoria Semiollingüística, de Patrick Charaudeau, **foi confundir a dimensão lógico-demonstrativa do discurso com a própria argumentação**, além de ter negligenciado aspectos do *logos* não priorizados pela tradição aristotélica. Parece-me que expressões como “modo de organização argumentativo” ou, em outros termos, “sequência/tipo textual argumentativo”, podem muito bem ser substituídas, por uma questão de precisão terminológica (e teórica), por “**modo de organização lógico-demonstrativo do discurso**” ou “**sequência/tipo textual lógico-demonstrativo**”.

Quando tratamos de certas operações presentes no discurso (com marcas explícitas ou não, como as ditas conjunções, conectivos, operadores argumentativos etc.), quando falamos em “modos de encadeamento”, como quer Charaudeau (2009, p. 201-249), tais como “causa”, “consequência”, “conjunção”, “disjunção” etc., ou quando falamos de “modos de raciocínio” (“dedução”, “explicação”, “associação” etc.), estamos na verdade nos referindo, mais uma vez, à estrutura *lógico-demonstrativa* do discurso, e não à argumentação propriamente dita, em seu sentido amplo e retórico-pragmático. Obviamente, de acordo com as particularidades situacionais do *corpus* eleito para a análise, o “ponto forte” da argumentação pode ser encontrado em operações como essas, mas, também, em outras dimensões do *logos* (ou discurso) capazes de gerar impactos retórico-argumentativos, a saber, a seleção lexical, as configurações sintáticas, os valores e representações reportados, a estrutura prosódica, o componente temático etc.

Em sintonia com a tradição retórica, que vai da Sofística às reflexões de Cícero e Quintiliano, dentre outros, passando pela retórica aristotélica, a argumentação mostra-se,

enfim, como uma dimensão profunda dos enunciados sociais, que ora pode ser depreendida do seu componente lógico, ora de seu componente narrativo, descritivo, enunciativo e, mais provavelmente, na inter-relação entre tais “ferramentas simbólicas”, incluindo ainda, nesse turbilhão de recursos, os elementos citados no final do parágrafo anterior (a seleção lexical, a estrutura prosódica etc.). Diante disso, torna-se cada vez menos pertinente considerar a argumentação como um “modo de organização” particular caracterizado por relações lógicas (explícitas ou implícitas): o que temos, na teoria e na prática, é uma *propriedade* da linguagem em situação – o discurso – de instituir, como efeito provável, formas complexas da adesão (teses, ações e emoções).

Evidentemente, tais formas possíveis da adesão são “calculadas” com base na recuperação de dados situacionais, sócio-históricos e psicológicos do par orador/auditório, sendo que os seus “elementos deflagradores” – os argumentos – se constroem com os diversos elementos da estrutura discursiva ou *logos* (o componente lógico, narrativo, descritivo, enunciativo, dialogal, lexical, temático, prosódico etc.), que não seriam, em si, a argumentação, mas as suas diversas possibilidades de materialização formal. Esses seriam, enfim, alguns questionamentos que a polissemia do *logos* e as reflexões sofisticadas trariam a certas formulações modernas sobre a argumentação em Linguística e em Análise do Discurso, tomadas muitas vezes como uma “verdade teórica” absoluta.

O trabalho com o *logos* na AD moderna

É possível afirmar, finalmente, que a complexidade semântica do *logos* se mostra muito útil à AD moderna. A polissemia mencionada é capaz de funcionar cada vez mais como uma reflexão teórica operativa para as nossas análises discursivas e

argumentativas. Este trabalho caminha nessa direção, concebendo o *logos* como toda estrutura linguístico-discursiva que, tendo força retórica, salta primeiramente aos olhos, aos ouvidos e ao entendimento. Trata-se, afinal de contas, do discurso *em si* e de todos os seus componentes, o que ultrapassa uma visão estritamente lógica. As dimensões argumentativas do *logos* decorreriam, então, dos atributos materiais-textuais e semânticos das línguas humanas, nos seus registros *linguístico* e *paralinguístico*. Com base na polissemia vista acima, poderíamos fazer alguns recortes e, com isso, falar do *logos* em vários de seus setores recuperáveis pela AD a partir de um dado *corpus*. Vejamos, então, algumas dimensões possíveis do *logos* que, dependendo do contexto, seriam capazes de influenciar:

- Os procedimentos e modalidades sintáticas: a ordem ou combinação das palavras/cláusulas, os tipos de relações interfrásticas (“coordenação” e “subordinação”), as funções sintáticas de base (a voz ativa/passiva, a interrogação, a intimação [ordens, súplicas, pedidos...], as asserções [afirmações, certezas, definições...], as negações, as interjeições etc.).
- Os processos de formação de palavras (derivações, composições etc.); o vasto repertório (ou seleção) lexical: os indicadores da “pessoa” (os pronomes pessoais [eu, tu, ele...]), os indicadores da *dêixis* (pronomes demonstrativos, advérbios [ex.: isto, aqui, agora, isso, ontem, ano passado, amanhã etc.]), os fatores de modalização, como os adjetivos ou expressões adjetivas, os substantivos, os termos temporais (verbos, advérbios etc.), os conectores transfrásticos (que, entretanto, mas, contudo etc.)⁶ e quaisquer

outras classificações linguístico-gramaticais.

- As representações, imagens ou visões de mundo criadas pelo discurso enquanto possibilidades semânticas de influência [aqui, podemos reportar a definição III, de Kerferd].
- A composição fonético-fonológica, ou seja, o material sonoro do *logos*.
- Os marcadores prosódicos (variações de tempo, de acento, de altura): o ritmo, a ênfase, a pausa, a entonação, a pontuação, o timbre da voz, as repetições etc. Inclui-se, assim, no *logos*, enquanto concretude semiótica do discurso, não só os elementos estritamente linguísticos, mas, também, as articulações *paralinguísticas* dos enunciados. Este componente do *logos* ainda encontra-se carente de uma abordagem discursiva significativa e de um aparato teórico-metodológico.
- Os raciocínios ou o modo lógico de organização do discurso (induições [exemplo], deduções [entimemas, silogismos], relações de causa e efeito, relações de contiguidade, relações de oposição, relações de proporcionalidade, analogias etc.);
- A estrutura narrativa do discurso;
- A estrutura descritiva do discurso;
- Os silenciamentos e pressupostos, se quisermos inserir o “não-dito” em nossa lista.

Podendo ser localizada nos vários setores acima, a força argumentativa do *próprio* discurso configurar-se-ia em várias modalidades de *logoi* possíveis: “*logos-palavra*”, “*logos-sintaxe*”, “*logos-fonético-fonológico*”, “*logos-prosódico*”, “*logos-raciocínio*” etc. Tais dimensões, enfatizo, são complementares na produção da adesão e não possuem existência autônoma (ou seja, os

⁶ Obviamente, os conectores transfrásticos estão ligados ao “logos-raciocínio”, que se encontra também listado abaixo.

pontos acima se inter-relacionam). Quaisquer uns desses setores do *logos*, em função de uma conjuntura dada, poderiam instaurar, “gorgianamente falando”, teses, ações, comportamentos ou emoções na instância de recepção. Em suma, existem vários recortes possíveis e modos de se trabalhar com o *logos* durante uma análise discursiva, partindo-se de uma concepção ampla da argumentação e de suas adesões possíveis. Infelizmente, ilustrar cada ponto acima com alguma análise prática demandaria um trabalho de fôlego maior, o que justifica, neste artigo, a decisão de apresentar apenas uma reflexão teórico-especulativa. Dito isso, passemos a um último ponto que merece destaque.

Sobre a inter-relação “*logos-ethos-pathos*”

Obviamente, tratar do *logos* em sua complexidade exige, em algum momento, esclarecer as suas conexões com as outras provas retóricas: o *ethos* e o *pathos*, mesmo porque estes outros mecanismos de prova (as imagens de si e as emoções suscetíveis no auditório) só se tornam realidade *a partir* do discurso, da sua estrutura, dos seus raciocínios, enfim, de tudo o que se chamou acima de *logos*. Sem *logos*, nada mais existe! Isso implica em dizer que o resgate da sua rede polissêmica coloca imediatamente como problema (ou solução!) a impossibilidade de se considerar o *ethos* e o *pathos* de modo independente, como se fossem meios autônomos de persuasão. Consequentemente, torna-se questionável, também, a oposição de Plantin (2008) entre *logos* (prova “objetiva”, “proposicional”) e *ethos/pathos* (provas “subjetivas”, “não-proposicionais”). Na verdade, quando tratamos do *ethos* e do *pathos*, apreendidos numa análise por toda sorte de elementos linguístico-discursivos, estamos, mesmo que não nos demos conta, tratando também do *logos*, o que invalida qualquer diferenciação conceitual dicotômica, em termos de objetividade/subjetividade.

Acredito, assim, que um interessante caminho a ser desenvolvido seria o estudo dos modos de inter-relação das provas retóricas e de sua dinâmica na instauração de adesões diversificadas. A estrutura prosódica, por exemplo, enquanto *logos-rítmico*, é capaz de construir, durante a enunciação, alguma imagem de seu emissor (*ethos*) e/ou suscitar emoções nos interlocutores (*pathos*). As palavras de Górgias, colocadas inicialmente, já nos apontam que o *logos* se transmuta e se transcodifica em *pathos*, alterando os afetos humanos. Podemos inferir, ainda, que ele se desdobra no *ethos* do orador, apresentando discursivamente o seu caráter. Enfim, a inter-relação das provas retóricas se mostra uma questão muito interessante e produtiva para a AD, permitindo-nos questionar dicotomias conceituais como o par “proposicional” *versus* “não-proposicional”. Alguns trabalhos vem explorando essa questão⁷, mas acredito que temos ainda muito o que fazer. Passemos às considerações finais.

Considerações Finais

Com este artigo, busquei apresentar algumas das reflexões teóricas que venho desenvolvendo no campo da AD, destacando o problema da argumentação num diálogo incessante com a tradição retórica, incluindo nessa atividade o pensamento sofisticado, ainda legado ao ostracismo pelo nosso campo de estudo. A recuperação da polissemia do *logos* tem me permitido tecer questionamentos a alguns “dogmas teóricos” demasiadamente enraizados no Brasil, elaborando algumas tentativas de contribuição para a AD, a saber, (i) um entendimento teórico mais amplo acerca da *relação argumentativa*, que passa a integrar em seus esquemas formulares as ações, comportamentos e emoções; (ii) a constatação da impertinência de se separar, conceitualmente, a argumentação de operações

⁷ A título de ilustração, ver Eggs (1999), Menezes (2007) e Galinari (2007).

discursivas como a narração, a descrição, a injunção, a explicação etc., mesmo que isso se refira ao nível da textualidade; (iii) lançar a seguinte hipótese: o que se chama usualmente de “modo de organização argumentativo” ou “sequência/tipo argumentativo”, é, na verdade, o componente *lógico-demonstrativo* do discurso, sendo a argumentação, mais do que isso, uma propriedade geral da linguagem em situação; (iv) dizer que o *logos* não se reduz a estruturas lógico-demonstrativas, como o entimema e o exemplo, mas a todo e qualquer procedimento linguístico-discursivo.

Referências

ADAM, Jean-Michel; BONHOMME, Marc. **L'Argumentation Publicitaire**. Rhétorique de L'Éloge et de la Persuasion. Paris: Nathan, 1997.

AMOSSY, Ruth. **L'argumentation dans le discours**. Deuxième édition. Paris: Armand Colin, 2006.

ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e Discurso**: modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

EGGS, Ekkehard. Ethos aristotélicien, conviction et pragmatique moderne. In: AMOSSY, Ruth. (sous la direction de) **Images de soi dans le discours**: la construction de l'ethos. Genève: Delachaux et Niestlé, 1999. p. 31-59.

GALINARI, Melliandro Mendes. “A interação retórico-discursiva e suas múltiplas variáveis”. In: **Revista de Estudos da Linguagem**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 17, n. 2, 2009, p. 161-188. Endereço eletrônico: http://relin.letras.ufmg.br/revista/upload/17-2_08.pdf

GALINARI, Melliandro Mendes. As Emoções no Processo Argumentativo. In: MACHADO, I. L.; MENEZES, W.; MENDES, E. **As Emoções no Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 221-239.

GUTHRIE, William Keith Chambers. **A History of Greek Philosophy**. Cambridge: University Press, 1967. v. 1.

KERFERD, George Briscoe. **The Sophistic movement**. Cambridge/London/New York: Cambridge Univ. Press, 1981.

MENEZES, William Augusto. Um Pouco sobre as Emoções no Discurso Político. In: MACHADO, Ida Lucia; MENEZES, William; MENDES, Emília. **As Emoções no Discurso**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007. p. 310-328.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado da Argumentação**: a Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

PINTO, Maria José Vaz. **A Doutrina do Logos na Sofística**. Lisboa: Edições Colibri/Instituto de Filosofia da Linguagem, 2000.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**: histoire, théories e perspectives. Paris: PUF, 2005.

PLANTIN, Christian. **L'argumentation**. Paris: Seuil, 1996.

ROMILLY, Jacqueline de. **Les Grands Sophistes dans l'Athènes de Périclès**. Paris: Éditions de Fallois, 1988.

SOUSA, Ana Alexandre Alves de; PINTO, Maria José Vaz. **Sofistas**: Testemunhos e Fragmentos. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

TOULMIM, Stephen. E. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

VIGNALI, Daniele. **I Sofisti**: Retori, Filosofi ed Educatori. Roma: Armando Editore, 2007.

Revisão:

Denise Gonzaga dos Santos Brito

Mestranda em Letras pela Universidade Estadual de Santa Cruz, sob a orientação da Profa. Dra. Vânia Lúcia Torga. E-mail: dennisegonzaga@yahoo.com.br.